



fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Arquivo de Ciência e Tecnologia

INVENTÁRIO

ARQUIVO JOSÉ DE MELO TORRES CAMPOS

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Inventário do Arquivo José de Melo Torres Campos

AUTORIA

Rosália Dias Lourenço
Arquivo de Ciência e Tecnologia – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

EDIÇÃO

Arquivo de Ciência e Tecnologia – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

COLEÇÃO

Instrumentos de Descrição Documental, nº 4

FOTOGRAFIAS

Paula Seguro de Carvalho

CONCEÇÃO GRÁFICA

Paula Seguro de Carvalho

PUBLICAÇÃO

Arquivo de Ciência e Tecnologia - Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Av. D. Carlos I, n.º 126
1249-074 Lisboa

VERSÃO 1.0, 2024

APRESENTAÇÃO

O Arquivo de Ciência e Tecnologia (ACT) tem por missão o tratamento, a preservação e a divulgação do património arquivístico à guarda da FCT, e outros com interesse científico e histórico, contribuindo deste modo para a preservação da história e memória da ciência e da tecnologia em Portugal. Reserva e gere documentação de inegável interesse e qualidade histórica, que reflete a atividade cultural e científica portuguesa, essencialmente a partir da 2ª metade do século XX, traduzida numa grande parte em milhares de processos de apoio a bolsas, instituições, projetos de investigação, entre outros.

Um acervo documental representativo da história das instituições, das políticas científicas e da organização da ciência, com interesse para todas as áreas do conhecimento. Pela atividade que a FCT desenvolve e pela responsabilidade que tem na garantia de preservação do património documental científico, o arquivo tem vindo também a integrar alguns espólios pessoais de reconhecidas personalidades ligadas à atividade científica.

A criação da Coleção Instrumentos de Descrição Documental (IDD) teve início com a disponibilização de um Guia de Fundos, IDD nº 1, publicado em formato eletrónico e em acesso aberto, em 2018.

Publicamos agora o IDD nº 4 relativo ao inventário do Arquivo José de Melo Torres Campos. Este Arquivo foi organizado pelo próprio, no âmbito da sua atividade profissional e política, no desempenho de vários cargos públicos relacionados com a produção industrial portuguesa, sobretudo nas décadas de 70 e 80 do século XX. Os documentos que nos legou são testemunho do desenvolvimento industrial e da realidade nacional empresarial antes da Revolução de Abril e nos primeiros anos do Portugal democrático.



ABREVIATURAS

Deu = Alemão

Eng = Inglês

F = Fundo

Fra = Francês

Ita = Italiano

Por = Português

PT = Portugal

Rus = Russo

Spa = Espanhol

SR = Série

SSR = Subsérie



QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO

F/JMTC - PT/FCT/JMTC

SR - Política económica e industrial - PT/FCT/JMTC/001

SR - Complexo de Sines - PT/FCT/JMTC/002

SR - Indústria Cimenteira - PT/FCT/JMTC/003

SR - Setor Energético - PT/FCT/JMTC/004

SR - Outras indústrias - PT/FCT/JMTC/005

SSR - SOEICOM - PT/FCT/JMTC/003-001

SSR - CIMPOR - PT/FCT/JMTC/003-002

SR - Publicações - PT/FCT/JMTC/006



FUNDO

Código de referência

PT/FCT/JMTC

Tipo de título

Formal

Datas de produção

1895 - 2005

Dimensão e suporte

Documentos textuais: papel A4

Extensões

9,52 Metros lineares

Entidade detentora

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Produtor

José de melo Torres Campos

História administrativa/biográfica/familiar

O Fundo José de Melo Torres Campos foi organizado pelo próprio no âmbito da sua atividade profissional, nos cargos públicos que ocupou relacionados com a produção industrial portuguesa, sobretudo nas décadas de 70 e 80 do século XX.

Licenciado em Engenharia Eletrotécnica no Instituto Superior Técnico, em 1957, e com uma pós-graduação em Industrial Administration, em 1961, trabalhou no Serviço de Produtividade, do Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII), desde 1960 até ser nomeado Diretor-Geral dos Serviços Industriais em 1969. Por inerência deste cargo passou a ser também Diretor do INII (Instituto Nacional de Investigação Industrial). Em simultâneo foi designado Delegado do Governo na empresa Beralt Tin & Wolfram, C^ª., concessionária inglesa da exploração das minas da Panasqueira. A seu pedido prescindiu destes cargos públicos em 1973.



FUNDO

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974 foi Secretário de Estado da Energia nos I, II e III governos provisórios.

Em 1976, em resultado das primeiras eleições democráticas a que se submeteu nas listas do Partido Socialista, foi deputado da Assembleia da República apenas por um ano, pois renunciou para assumir a presidência das cimenteiras nacionalizadas, na CIMPOR. Em 1983, Torres Campos foi nomeado para o Conselho Superior de Engenharia e Tecnologia Industrial.

À data do nascimento de Torres Campos, Salazar já era Presidente do Conselho e conhecida a linha de atuação política que seguiria enquanto ditador do Estado Novo. Apesar da sua resistência ao desenvolvimento industrial de Portugal e à oportunidade perdida de usufruir de todas as vantagens do plano Marshall, tinha sido obrigado nos anos quarenta a permitir algum desenvolvimento na área da energia hidroelétrica, devido às dificuldades decorrentes da Grande Guerra na importação de carvão, e a deixar construir algumas barragens.

Apesar da iniciativa de nomear, por decreto, as colónias como províncias ultramarinas não conseguiu evitar o que já tinha acontecido com outras potencias coloniais e, em 1961, começou a guerra colonial com a invasão de Goa pela Índia, a que se seguiu o início da luta armada em Angola, Guiné e Moçambique.

Entretanto vigorava o condicionamento industrial, aplicado na metrópole pela Direção-geral dos Serviços Industriais, dependente do Ministério da Economia, e nas colónias pela Direção-geral de Economia do Ministério do Ultramar. Em 1968 Salazar sofre doença incapacitante e é substituído por Marcelo Caetano que, apesar de manter as políticas que vinham de trás, segundo palavras do próprio «A renovação na continuidade», na política económica promoveu grande desenvolvimento e o crescimento das exportações foi muito significativo.

Este governou entre 1968 e 1974, manteve o regime ditatorial e a guerra no ultramar, mas promoveu mudanças na política económica, com alterações ao sistema salazarista do condicionamento industrial. O condicionamento industrial, que até então tinha dificultado, ou mesmo impossibilitado a existência de novos industriais, foi alterado e passou a haver concorrência, não só a nível interno, mas também estrangeiro, com a abertura do nosso mercado aos investidores em geral.

O desenvolvimento industrial foi notório, as exportações cresceram e o PIB atingiu uma taxa nunca alcançada. A participação na EFTA tinha alterado o paradigma do comércio externo, que deixou de estar confinado às colónias portuguesas e alargou-se a vários países – Inglaterra, Suécia, Dinamarca, Noruega e Suíça que importavam têxteis, pasta de celulose, concentrado de tomate e produtos em cortiça.



FUNDO

Entretanto estava em preparação o IV Plano de Fomento, que não chegou a ter aplicação prática, mas foi revelador da evolução das políticas para o desenvolvimento da economia portuguesa. O primeiro plano de 1953/1958 pouco mais foi do que uma listagem de investimentos públicos, mas o plano intercalar de 1965/1967 já foi diferente e anunciou o que veio a ser o III Plano de Fomento (1968-1973), um documento orientador das políticas económicas e industriais e um guia para a aplicação das mesmas.

Com a revolução de abril de 1974 e a instabilidade política que se lhe seguiu até às primeiras eleições democráticas de 1976, depois do governo do país ter sido assegurado por 6 governos provisórios, na área económica o clima vivido foi de greves e saneamentos, nos setores privado e público.

Nos primeiros anos da democracia a situação da economia portuguesa agravou-se devido ao aumento da despesa pública, à diminuição das exportações (diminuição da produção, falta de confiança dos compradores estrangeiros e perda do comércio com as ex-colónias), diminuição do turismo, fuga de capitais para o estrangeiro (sobretudo Brasil), aumento das importações (sobretudo petróleo, cujos preços tinham disparado nos anos setenta com duas crises nos países da OPEP).

A agitação social que se viveu nestes tempos também se deu nas empresas e muitas delas foram nacionalizadas, desde o setor industrial ao setor financeiro, devido à perda de capacidade competitiva das suas atividades comerciais.

Contrariamente ao que se verificou com as empresas tradicionalmente exportadoras, a indústria cimenteira teve um grande crescimento devido ao aumento da construção civil, que teve consequências graves no desordenamento do território por falta de adequado planeamento urbanístico.

Os primeiros anos do Portugal democrático ficaram ainda marcados pela desvalorização do escudo, moeda oficial à data, como forma de diminuir as importações, e a subida da taxa de inflação devido ao aumento do preço do petróleo; a intervenção do FMI que obrigou à redução da despesa pública, no caso de Portugal tal recaiu no investimento público; o pedido de adesão à CEE em 1977, que foi formalizado no dia 1 de janeiro de 1986, em simultâneo com a Espanha.

Localidade

Portugal, Avenida D. Carlos I, n.º 126, 1249-074 Lisboa: Sede.



FUNDO

História custodial e arquivística

Em 2004/2005 o espólio foi doado por José de Melo Torres Campos à Professora Doutora Maria Fernanda Rollo (NOVA FCSH) que, em 2019, o doou ao Arquivo de Ciência e Tecnologia (FCT/ACT) para tratamento e difusão.

Fonte imediata de aquisição ou transferência

Doação.

Âmbito e conteúdo

O arquivo pessoal de José de Melo Torres Campos é representativo do seu desempenho profissional, enquanto gestor público e político conhecedor da situação da indústria portuguesa antes da Revolução de 25 de Abril e dos objetivos estabelecidos para Portugal no período pós-revolucionário. Quando assumiu os primeiros cargos públicos a realidade industrial do país contava com as chamadas indústrias tradicionais, com a dos têxteis à frente, logo seguida da indústria pesada – adubos, cimento, celuloses, siderurgia, metalomecânicas, material elétrico, refinação de petróleo. Os principais grupos económicos eram o grupo Melo, na indústria dos adubos, no Barreiro; setor alimentar; navegação e reparação naval; na área financeira o Banco Totta; nas seguradoras a Companhia de Seguros Império e na área da saúde o hospital da CUF. António Champalimaud detinha a indústria cimenteira, com três fábricas – Alhandra, Setúbal e Pataias. Além de assegurar a maior parte da produção, controlava os preços praticados no mercado nacional, pois as importações não eram permitidas. Com fábricas em Angola e Moçambique, este grupo económico detinha também um banco, o Pinto e Sotto Mayor e a Companhia de Seguros Mundial. Outro setor importante era o da pasta de papel, partilhado por vários grupos económicos, cuja produção era maioritariamente exportada.

O setor da metalomecânica era dos mais avançados tecnologicamente no país. A MAGUE, em Alverca, dedicava-se à conceção e fabrico de aparelhos de elevação; a SOREFAME, na Amadora, fabricava turbinas para as hidroelétricas; a EFACEC, no Porto, produzia motores e transformadores elétricos; a COMETNA, na Amadora, era uma fundição de aço.

A reparação naval, setor importante do grupo Melo, tinha os estaleiros da LISNAVE e da SETNAVE que aproveitavam o posicionamento geográfico da grande Lisboa e acolhiam nos estuários do Tejo e do Sado petroleiros de grande porte.



FUNDO

No caso da indústria refinadora de açúcar, existiam duas fábricas em Portugal, no norte a RAR e no sul a SIDUL. Abastecidas de matéria prima vinda, sobretudo, de Moçambique, nem nas colónias se instalavam fábricas, nem em Portugal se cultivava beterraba e conseqüentemente não eram necessárias novas fábricas.

Quanto à indústria do cimento, a política do governo português defendia os interesses constituídos, só contrariados nos inícios de 70 com a concessão de alvarás pela DSGI para instalação de duas novas fábricas de cimento, uma em Loulé e outra em Coimbra. Em 1976, com a política de nacionalizações seguida após a Revolução de Abril, todas as cimenteiras ficaram numa única empresa, a CIMPOR - Cimentos de Portugal E. P. (Dec. Lei 217-B/76, de 26 de março), pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, com património próprio constituído com os bens, direitos e obrigações dos ativos e passivos das empresas nacionalizadas e com as ações nacionalizadas da empresa SECIL. Nestas empresas o capital social era português e de portugueses, no entanto a SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, com uma fábrica em Setúbal, tinha capital social estrangeiro (cerca de 40% era dinamarquês).

Sistema de organização

A documentação do Arquivo José de Melo Torres Campos mantém a organização original dada pelo produtor.

Condições de acesso

Decreto-lei nº 16/93, de 23 de janeiro, Regime geral dos arquivos e do património arquivístico (alteração: Lei nº 14/94, de 11 de Maio);

Lei nº 67/98, de 26 de outubro, Lei da proteção dos dados pessoais;

Lei nº 26/2016, de 22 de agosto, Lei de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos;

Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD)

Despacho nº 34/CD/2011, de 5 de dezembro, Regulamento de Acesso ao Arquivo Histórico da Ciência e Tecnologia da FCT, de 5 de Dezembro de 2011.

Condições de reprodução

A reprodução de documentos facultada pelo ACT obedece a legislação aplicável.



FUNDO

Idioma e escrita

Em português (por), contendo documentos em outras línguas, nomeadamente inglês (eng), francês (fra), spa (espanhol) e italiano (ita).

Características físicas e requisitos técnicos

A documentação está, na sua grande maioria, em bom estado de conservação.



DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA



(SR): Política económica e industrial

Código de referência: PT/FCT/JMTC/001

Datas: 1962 - 1989

Âmbito e conteúdo: Esta série é constituída maioritariamente por documentação anterior à Revolução de 25 de Abril, sobre integração europeia, Mercado Comum, indústrias portuguesas e estrangeiras de exportação, licenciamento industrial e condicionamento territorial, cooperação com a OCDE, fomento industrial, cooperação industrial entre Portugal e outros países, planos de desenvolvimento, empresas estrangeiras sediadas em Portugal, intervenção do Estado nas empresas, novas políticas económicas para o tecido empresarial português e atividade do I Governo provisório.

Idioma: Por, fra, eng, spa, deu, ita e rus

(SR): Complexo de Sines

Código de referência: PT/FCT/JMTC/002

Datas: 1961 - 1975

Âmbito e conteúdo: No seguimento da instalação do porto de Sines, a cargo da entidade pública Gabinete da Área de Sines, foi lançado concurso público, uma novidade em Portugal, para a instalação e exploração da nova refinaria e petroquímica que foi ganho pela CUF.

A empresa Amoníacos Português, SARL foi nacionalizada e integrada na Quimigal - Química de Portugal, EP criada pelo Dec. Lei 530/77 de 30 de dezembro - fusão das empresas nacionalizadas Amoníaco Português SARL; Nitratos de Portugal SARL e Companhia União Fabril SARL. Com a aprovação do Dec. Lei 25/89, de 20 de janeiro, a Quimigal passou de pessoa coletiva de direito público para pessoa coletiva de direito privado.

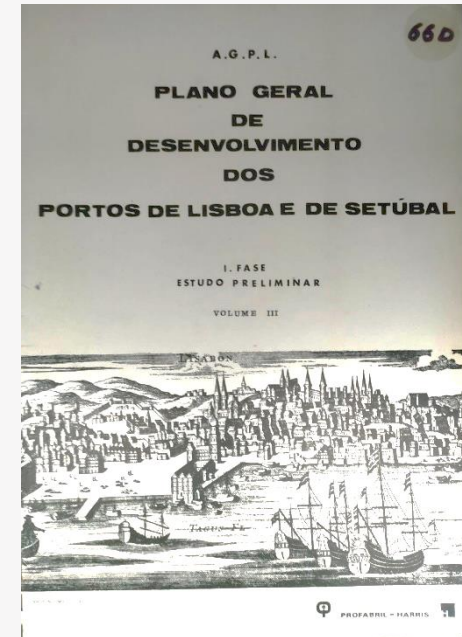
Idioma: Por, fra, eng, ita

(SR): Indústria cimenteira

Código de referência: PT/FCT/JMTC/003

Datas: 1967 - 1994

Âmbito e conteúdo: Em 9 de maio de 1975 é publicado o Dec. Lei 221-A/75, que formaliza a decisão do governo português de nacionalizar as cimenteiras existentes á data - Companhia de cimento tejo, com 1 fábrica em Alhandra; Companhia de Cal e Cimento Cabo Mondego, com 1 fábrica em Cabo Mondego; Empresa de Cimentos de Leiria, com 1 fábrica em Maceira Liz; Companhia de Cimentos Sagres; CIBRA - Companhia de cimentos Brancos, com 1 fábrica em Pataias; CISUL - Companhia de Cimentos do Sul, com 1 fábrica em Loulé; Cinorte - Companhia de Cimentos do Norte, com 1 fábrica em Souselas.



[Início](#)

[Apresentação](#)

[Abreviaturas](#)

[Quadro de Classificação](#)

[Fundo](#)

[Descrição Arquivística](#)

Pelo regime jurídico de empresa pública, a ligação entre a CIMPOR e o governo era assegurada pelo Ministério da Indústria e da Tecnologia, que submetia ao governo a aprovação dos orçamentos anuais e plurianuais, planos de investimento, aprovação de contas de gerência e aplicação de resultados, limites globais de aumentos salariais, e outros. Em matérias regulamentares, técnicas, administrativas e fiscais era aplicado o mesmo que nas empresas portuguesas públicas ou privadas. O Conselho de Gerência era nomeado pelo Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro da Indústria e da Tecnologia, e tinha responsabilidade direta pelos serviços da empresa. A Comissão de Fiscalização era constituída por dois membros nomeados pelo Governo e um pelos trabalhadores, que entre outras atribuições participava na prestação de contas (Conta de Gerência). A Assembleia Geral da empresa era constituída por representantes dos ministérios das Finanças, Indústria, Comércio, Obras Públicas e Habitação; câmaras municipais de Vila Franca de Xira, Figueira da Foz, Leiria, Loulé, Alcobaca e Coimbra; e dos trabalhadores da empresa. Aprovava os planos de atividades anuais e plurianuais, os orçamentos e as contas anuais.

A Comissão de Trabalhadores participava na gestão da empresa, com acesso a informação de gestão e o direito de se pronunciar sobre as condições de trabalho, e reunia regularmente com o Conselho de Gerência.

Idioma: Por, fra, eng

(SSR): SOEICOM

Código de referência: PT/FCT/JMTC/003-001

Datas: 1967 - 1983

Idioma: Por, fra, eng

(SSR): CIMPOR

Código de referência: PT/FCT/JMTC/003-002

Datas: 1972 - 1994

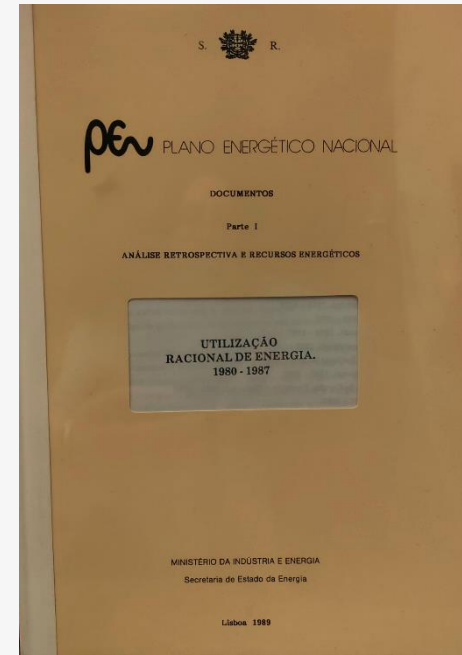
Idioma: Por, eng, fra, spa

(SR): Setor energético

Código de referência: PT/FCT/JMTC/004

Datas: 1970 - 2005

Âmbito e conteúdo: Com o aumento do consumo de energia elétrica foi necessário aumentar a capacidade de produção com os recursos nacionais de produção hídrica e térmica, houve que construir centrais térmicas e aumentar as redes de transporte e distribuição de energia. O carvão, que tinha sido o combustível utilizado em Portugal na indústria do cimento até final da década de 60, com recurso à importação, foi substituído, na década seguinte, pelo fuelóleo.



Na década de sessenta, na sequência da construção de várias barragens em Portugal e nas colónias, foram iniciados os projetos para a construção de uma grande barragem em Moçambique, numa garganta do rio Zambeze, conhecida por Cahora Bassa, nome adotado para a barragem e para a central elétrica depois de construídas. Foi uma obra de afirmação política, pois em termos económicos o consumo de energia elétrica da colónia estava assegurada por centrais hidroelétricas já existentes. Concluída depois da independência de Moçambique em 1975, esteve inoperacional entre 1976 e 1992 - período da guerra civil durante o qual as linhas de alta tensão de transporte de energia se mantiveram cortadas - e após várias decisões prejudiciais para a economia portuguesa a Hidroelétrica de Cahora Bassa acabou por ser entregue ao governo moçambicano. Portugal ficou apenas com 15% de participação na empresa.

Idioma: Por, fra, eng

(SR): Outras indústrias

Código de referência: PT/FCT/JMTC/005

Datas: 1942 - 2002

Âmbito e conteúdo: Em 1974 foi estabelecido pelo Governo um novo regime de fixação de preços; definição de produtos produzidos na Siderurgia Nacional e de produtos de importação; criação de uma comissão para elaborar um plano siderúrgico nacional, à qual a Direção-Geral dos Serviços Industriais prestou apoio administrativo e de secretariado; e constituição de um fundo nacional de investimento siderúrgico.

No caso da indústria refinadora de açúcar, existiam duas fábricas em Portugal, no norte a RAR e no sul a SIDUL. Abastecidas de matéria prima vinda, sobretudo, de Moçambique, nem nas colónias se instalavam fábricas, nem em Portugal se cultivava beterraba e conseqüentemente não eram necessárias novas fábricas. Em relação à indústria automóvel houve uma tentativa gorada de instalação de uma fábrica de automóveis da Alfa Romeo, em Sines. Em 1973 Torres Campos, em representação do Governo português, participou nas negociações para instalação em Sines de uma fábrica da Alfa Romeo, designada Alfa-Sud e seus derivados. Foi apresentado um estudo preliminar pela marca, com os cálculos económicos e financeiros, projeto de contrato de transmissão de tecnologia e de assistência técnica para as fases de estudo, elaboração do projeto e construção da fábrica, tendo em vista a produção anual de 64.000 veículos por empresa portuguesa em parceria com a Alfa Romeo.

Idioma: Por, fra, eng, ita, spa

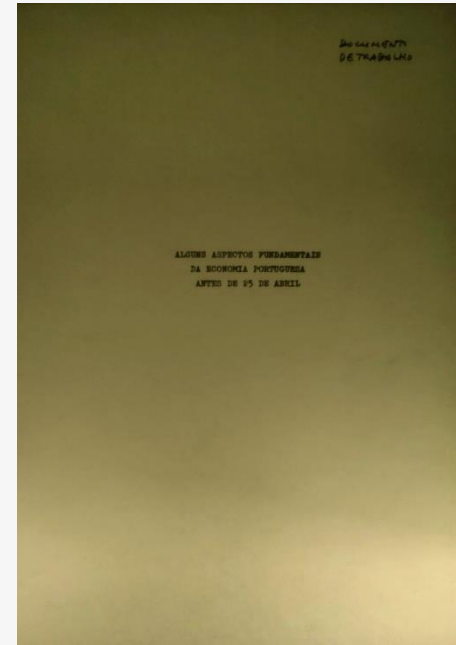
(SR): Publicações

Código de referência: PT/FCT/JMTC/006

Datas: 1895 - 2002

Âmbito e conteúdo: Esta série é constituída por publicações sobre temas relacionados com o âmbito da documentação que constitui o fundo JMTC.

Idioma: Por, fra, eng, deu



Coleção Instrumentos de Descrição Documental:

IDD Nº 1: [Guia de Fundos do Arquivo de Ciência e Tecnologia](#)

IDD nº 2: [Inventário do Arquivo José Mariano Rebelo Pires Gago](#)

IDD nº 3: [Inventário do Arquivo do Instituto nacional de Investigação Industrial](#)

